



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

No próximo dia 4 de Julho a cidade da Horta completa 175 anos. Com efeito, foi a 4 de Julho de 1833 que “o subprefeito interino da comarca, na qualidade de provedor do concelho daquela Vila (Horta)”, Dr. António José d’Ávila – futuro duque d’Ávila e Bolama –, numa deslocação que fez à cidade do Porto, conseguiu obter do regente do reino e duque de Bragança D. Pedro, o decreto que elevou a Horta à categoria de cidade.

A história próxima do processo de elevação da Horta de Vila a Cidade começa em 1832.

Era Presidente da Câmara António José d’Ávila, “um rapazola de vinte e quatro anos, numa época em que somente os notáveis da terra, por sua idade, nobreza e haveres, é que ascendiam às cadeiras municipais” (Marcelino Lima).

A sua acção como Presidente da Câmara e, sobretudo, a forma como soube utilizar esse cargo para ganhar a consideração de D. Pedro nas curtas estadas deste no Faial, no decurso de 1832, foram decisivas para a obtenção do alvará de 4 de Julho de 1833, que elevou a Horta à categoria de cidade.

Com efeito, pouco mais de dois meses depois de ser colocado à frente do governo do Faial, a 24 de Dezembro de 1831 António José d’Ávila enviou à Rainha D. Maria um extenso relatório sobre a situação e carências mais urgentes dos faialenses. Nele referenciava “a falta de instrução pública”, “a escandalosa cobrança do dízimo das batatas”, o “estado deplorável, indigno” dos “tristes expostos”, e propunha o estabelecimento de aulas para aprendizagem das primeiras letras em todas as freguesias da ilha, a abolição do dízimo sobre a cultura da batata e a libertação de fundos para acudir às despesas com os expostos.

Ao longo do primeiro semestre de 1832, António José d’Ávila, antevendo a necessidade de recrutar homens para integrar o contingente liberal para lutar no Continente, desenvolveu esforços persistentes para motivar o aparecimento de voluntários para a causa, armando-os e treinando-os: o resultado foi invejável – dos 7.500 “bravos do Mindelo”, cerca de 1.000 eram faialenses. (cfr. Marcelino Lima)



Correspondendo à vontade de D. Pedro, nos primeiros meses de 1832, António José d'Ávila empenhou-se na preparação do arsenal da marinha na baía da Horta, destinado à construção e reparação de algumas embarcações que depois integraram a esquadra liberal, mobilizando subscrições e mão-de-obra para a rápida execução do que era necessário.

Entretanto, D. Pedro, no âmbito dos trabalhos de acompanhamento da futura expedição militar, anunciou a sua vontade de se deslocar à Horta, competindo à Câmara a preparação da recepção.

A esquadra de D. Pedro fundeou no Faial a 6 de Abril de 1832 e a 7, um sábado, sob as girândolas que subiam no ar e o som dos sinos das igrejas a repicar, o Imperador e a sua comitiva desembarcaram em terra. Esperavam-no as autoridades civis e religiosas e, à frente delas, o jovem Presidente da Câmara que logo proferiu um discurso de boas-vindas, “enérgico e patriótico que todos admirámos”, como confessou nas suas memórias o acompanhante de D. Pedro, Marquês da Fronteira e Alorna.

Estava criada a empatia com a comitiva. Seguiu-se o cortejo, através das ruas “apinhadas de povo que havia descido à vila, de várias freguesias da ilha” até à casa do morgado José Francisco da Terra Brum (local onde actualmente está o edifício da Sociedade Amor da Pátria), que hospedou D. Pedro.

À noite, a comitiva foi presenteada com um lauto banquete e baile memorável na casa de Terra Brum, onde D. Pedro “simpatizando sobremaneira com o moço sagaz e instruído” (Marcelino Lima), foi sabendo da boca de Ávila a situação da ilha, dos seus anseios e necessidades mais prementes.

A 8 de Abril, “ Domingo da Paixão, o Imperador recebeu as autoridades civis, militares e eclesiásticas, bem como a nobreza e as corporações religiosas. Ao almoço voltou a encontrar-se com Ávila e com toda a vereação. De tarde, das janelas do seu Paço improvisado, assistiu à procissão religiosa do ‘Triunfo’, uma tradição pascal na Horta.

À noite houve baile de gala (...) em casa dos Dabney.” (José Miguel Sardica)

Nos dias seguintes, D. Pedro e comitiva visitaram o arsenal, acompanharam os trabalhos de preparação em curso, passaram revista ao Batalhão de Voluntários e assistiram a



manobras militares no castelo de Santa Cruz. Trataram igualmente de recolher informações várias que foram, depois, objecto de relatórios escritos feitos por António José d'Ávila sobre, nomeadamente, o arsenal, a situação fiscal e comércio da laranja e sobre a criação e manutenção das guardas nacionais.

A 11 de Abril, a comitiva deixou o Faial. D. Pedro regressou ainda mais uma vez a esta ilha, a 22 e 23 de Maio, para proceder a uma última vistoria às embarcações em beneficiação no arsenal.

Entre D. Pedro e Ávila cimentara-se já uma relação forte e de recíproca empatia. D. Pedro “adivinhou nele um homem aproveitável para o serviço do país” (Augusto Ribeiro) e Ávila, pela competência e fundamentação com que defendia as suas ideias e projectos e pela capacidade que demonstrou em mobilizar a população da sua ilha no apoio à causa liberal, soube criar em D. Pedro um indelével sentimento de gratidão, resultado de um misto de difícil destriça, entre a intervenção pessoal de Ávila e a dos faialenses como comunidade no expressivo apoio dado à preparação da expedição liberal de 1832.

Por isso, quando, em 4 de Julho de 1833, D. Pedro e Cândido José Xavier rubricaram o alvará do Ministério dos Negócios do Reino que concedia, a pedido expresso de António José d'Ávila, a elevação da vila da Horta à categoria de cidade, faziam-no sobretudo para premiar e distinguir aqueles que, no ano anterior, o tinham apoiado e eram agora mercedores de uma mercê de gratidão.

Mas faziam-no também no contexto dos equilíbrios que foi sendo necessário construir para enfrentar a rivalidade e as desinteligências entre as ilhas. Seis dias depois do decreto que dividia os Açores em duas províncias (a Oriental – S. Miguel e Santa Maria –, e a Ocidental – abrangendo as restantes sete ilhas, com capital em Angra) e que deixava, por essa via, o Faial novamente sob o domínio de Angra do Heroísmo), a concessão do alvará de 4 de Julho de 1833 foi também uma contrapartida para atenuar esta “menorização” do Faial no novo arranjo administrativo.

Em qualquer dos casos, como se conclui, D. Pedro, elevando a Horta à categoria de cidade, não confirmava uma promoção administrativa baseada em fundamentos económicos, demográficos ou jurídicos: antes, premiava uma comunidade que o tinha



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

acolhido com particular simpatia, concedia uma mercê pessoal ao correligionário António José d'Ávila e abafava qualquer descontentamento que as recentes alterações administrativas pudessem causar.

A nova cidade da Horta era, sem dúvida, em muitos aspectos ainda uma vila. Mas nada disso interessava para a alma dos faialenses e, sobretudo, para a auto-satisfação de António José d'Ávila que, aos 25 anos de idade, obtivera para a sua terra natal o desejado título de cidade, feito a que os seus conterrâneos souberam sempre ser gratos. (cfr. José Miguel Sardica).

Cento e setenta e cinco anos depois, desenha-se para a cidade da Horta e para a ilha do Faial, uma encruzilhada de opções que exigem uma liderança esclarecida, suportada numa visão estratégica do nosso futuro, capaz de agregar vontades, ultrapassar divergências menores, construir consensos, partilhar decisões e saber olhar mais longe e mais distante sem o prisma deformador dos interesses imediatos e conjunturais.

Cento e setenta e cinco anos volvidos podem sempre questionar-se opções e resultados, mas permanece a inabalável confiança na capacidade das gentes da Horta em encontrar as melhores respostas para os novos tempos.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Congratulação pelo centésimo septuagésimo quinto aniversário da elevação da Horta à categoria de cidade, na confiança e no optimismo desta certeza alicerçada no seu passado secular.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 1 de Julho de 2008.

O Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Fernando Manuel Machado Menezes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	2445 Proc. Nº 27-07
Data:	08 / 07 / 11